

Proteção social no Sudão: visão geral do sistema e mapeamento de programas

Charlotte Bilo, Anna Carolina Machado e Fabianna Bacil, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Ao longo dos últimos dois anos, o Sudão tem recebido grande atenção internacional e passa por mudanças consideráveis em sua configuração política interna. Após o fim do regime do Presidente Omar al-Bashir em abril de 2019, como resultado de um movimento civil também conhecido como a Revolução Sudanesa, uma nova declaração constitucional foi assinada e um governo de transição (composto por um Conselho Soberano, um Conselho Legislativo e um Conselho de Ministros chefiado por um Primeiro Ministro Civil) foi estabelecido. Desde a inauguração da nova administração, as expectativas nacionais sobre a melhoria da qualidade de vida vêm crescendo, e a proteção social é reconhecida mais que nunca como uma prioridade-chave. O compromisso do governo de transição com o bem-estar social está refletido na Declaração Constitucional, que reconhece o papel do Estado no desenvolvimento social por meio da provisão de educação, saúde, moradia e seguridade social.

Esquemas de proteção social promovidos pelo Estado não são novidade no Sudão. O país já possui uma tradição no fornecimento de renda, bens de consumo e outros serviços básicos, como saúde e educação, para pessoas pobres e marginalizadas. Em um relatório, Machado (2020) compila informações sobre tais esquemas, contribuindo com a literatura ao fornecer evidências sobre a situação de programas de assistência e seguridade social no país no fim de 2019. O relatório é dividido em duas partes: a primeira apresenta uma visão geral e rápida das principais instituições responsáveis pela proteção social no país, bem como os principais instrumentos legais e de políticas que guiam e regulam o sistema; enquanto a segunda oferece uma descrição detalhada dos principais programas de proteção social do Sudão, incluindo informações cruciais, como: configuração institucional, benefícios fornecidos, cobertura, mecanismos de focalização utilizados para identificar os beneficiários, estrutura de financiamento, bases administrativas e mecanismos de monitoramento e avaliação.

O mapeamento é resultado de um esforço conjunto entre o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), o Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social do Sudão (MoLSD), a Comissão sobre Segurança Social e Redução da Pobreza (CSSPR) e a UNICEF Sudão. O MoLSD é a principal instituição responsável por políticas e programas de proteção social no país. No total, 19 unidades (algumas são agências semiautônomas com um alto grau de independência) estão sob a competência do Ministério, incluindo:

- 1) A CSSPR, que emergiu a partir do Centro para a Coordenação de Projetos de Redução da Pobreza (estabelecido em 2002) para conduzir pesquisas, relacionadas à pobreza e às iniciativas para a redução da pobreza. A organização foi introduzida no começo de 2018 e agora é responsável pela implementação dos principais programas do governo — Shamel e o esquema nacional de transferência de renda. Ambos os programas contam com o apoio técnico de agências de desenvolvimento internacionais, tais como o Banco Mundial e a UNICEF, como detalhado no relatório.
- 2) O Fundo Zakat, que é a mais abrangente fonte de proteção social no Sudão, alcançando 3,7 milhões de famílias sudanesas (em 2018). O Zakat é um dos cinco pilares do Islã: é considerado um dever religioso para os que têm dinheiro ajudar os necessitados. O Fundo (estabelecido e organizado pelo Estado) fornece assistência de muitas formas, incluindo transferências não condicionadas de renda, pagamento de taxas de seguro-saúde aos pobres, microcrédito, programas de subsistência e assistência temporária a famílias durante o Ramadã e emergências.
- 3) O Fundo Nacional de Seguro-Saúde (NHIF). Estabelecido em 1994, o NHIF é o principal provedor de seguro-saúde no Sudão, possuindo vertentes contributivas e não contributivas. Em 1996, a participação tornou-se compulsória tanto para funcionários do setor público quanto do privado.



Em 2008, o governo começou a incluir famílias pobres e vulneráveis, mas foi apenas em 2016 que o Ato de Seguro-Saúde estabeleceu que todo cidadão sudanês deveria ser contemplado por um seguro-saúde ou ter acesso a serviços de saúde; e

- 4) O Fundo Nacional de Pensão e Seguridade Social, responsável por fornecer as pensões e a seguridade social aos setores governamental, privado e público.

O mapeamento destaca a diversidade dos esquemas de proteção social disponíveis no país, mas a informação coletada também assinala que, em muitos casos, sua implementação sofreu significativamente com os efeitos da crise fiscal e macroeconômica do Sudão. Por exemplo, pagamentos de transferências de renda foram obstaculizados em abril de 2018 por uma combinação de orçamento insuficiente e baixa quantidade de moeda nacional em circulação.

É importante destacar que esse estudo foi conduzido antes da pandemia da COVID-19 (que tem representado um choque enorme para a proteção social no país). De qualquer forma, por fornecer uma visão geral da situação geral da proteção social no Sudão no fim de 2019, o mapeamento representa importante ponto de partida para qualquer esforço de reforma e ajuda a identificar desafios e futuras áreas de estudo. Mais ainda, almeja ser um documento de referência para parceiros internacionais que desejem apoiar o Governo do Sudão a aprimorar a provisão de proteção social no país.

Referência:

BILO, C.; MACHADO, A. C.; BACIL, F. Social Protection in Sudan: System overview and programme mapping. *Research Report* n. 53. Brasília e Cartum: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social do Sudão e Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2020.